

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO
(MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DE PLACAS DE CONCRETO DOS CANAIS DE
IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO SENADOR NILO COELHO)

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO – TRC 04 /2017 - CMCH

1. **OBJETIVO:** Os Termos de Referência visam estabelecer as condições necessárias e fornecer informações para elaboração de propostas, visando à contratação de mão de obra para **RECUPERAÇÃO DE PLACAS DE CANAIS** conforme descrito nas Especificações Técnicas ET 04/2017 e Planilha Anexa.
2. **LOCALIZAÇÃO:** Canais de irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho, no município de Petrolina - PE e Casa nova - BA.
3. **MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:** A presente licitação será na modalidade CONCORRÊNCIA do tipo “MENOR PREÇO”, em regime de execução “Empreitada por Preço Unitário”. Os quantitativos das diárias constam na planilha anexa às especificações técnicas e visam à uniformização das propostas das concorrentes.

3.1. PRAZO

O prazo para a execução total dos serviços será de **180 dias**, seguindo o cronograma informado na ET04/2017.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar desta cotação pessoas jurídicas do ramo da Construção Civil, que tenham executado obras similares que satisfaçam as condições deste Termo de Referência para Cotação.
- 4.2. Nas propostas deverão constar todos os itens da Planilha anexa às Especificações Técnicas, que são parte integrante do TRC 004. Cotações para itens isolados, planilhas incompletas ou que excedam a Planilha citada não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.
- 4.3. **VISITA TÉCNICA:** As empresas concorrentes deverão visitar os locais das obras, se inteirarem dos fornecimentos e serviços a serem executados e avaliar as condições do local de modo que os preços propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução.
- 4.4. A empresa concorrente assume integralmente a responsabilidade pela visita e verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos elementos técnicos indispensáveis à apresentação da Proposta. A ausência de manifestação quanto as dificuldades, não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais.
- 4.5. Os custos de visita aos locais onde serão executados os serviços e fornecimentos, correrão por conta exclusiva da Empresa CONCORRENTE.
- 4.6. As visitas ao Perímetro deverão ser marcadas com antecedência de, pelo menos, 24 horas e deverão ser realizadas em horário comercial.
- 4.7. Não será permitida a participação de empresas:
 - a) Cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como empregados do DINC;
 - b) Empresa declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - c) Empresa suspensa de licitar ou contratar com a CODEVASF; e
 - d) Empresa em processo de falência ou concordatária.
- 4.8. Cada Empresa apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do processo de cotação, respondendo assim,

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO – TRC 04 /2017 - CMCH

para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo documento de identificação oficial, válido, com foto.

4.8.1. Por documento hábil, entende-se:

- a) Habilitação do representante mediante procuração para participar do processo de cotação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare, expressamente, ter poderes para a devida outorga.
- b) Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

4.9. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma Empresa, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará na desclassificação automática das respectivas propostas.

4.10. A participação no processo de cotação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis.

4.11. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Termo de Referência para Cotação, a Empresa concorrente deverá encaminhar seus pedidos de esclarecimentos por escrito, podendo ser por e-mail (cmch@dinc.org.br), num prazo de até 2 dias úteis antes da apresentação da proposta. As perguntas formuladas fora desse prazo serão consideradas não recebidas.

4.12. Analisando as consultas, o DINC deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Termo de Referência para Cotação, comunicando sua decisão, também por escrito, às demais Empresas Participantes.

4.13. A apresentação da proposta tornará evidente que a Empresa examinou minuciosamente toda a documentação deste Termo de Referência para Cotação e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a Empresa concorrente obteve do DINC, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena destes Termos e Especificações.

4.14. Fica entendido que a Empresa concorrente teve pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços e fornecimentos e que todas as dúvidas foram esclarecidas e solucionadas antes da data da apresentação das propostas.

5. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1. As Empresas concorrentes deverão fazer entrega da documentação no dia, hora e local agendados pelo DINC, em envelope fechado identificado com Objeto do Contrato, nome da Empresa, nome do representante, endereço, telefone e e-mail.

5.2. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus atuais administradores;

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO – TRC 04 /2017 - CMCH

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.3. Regularidade Fiscal:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Empresa, ou outra equivalente na forma da lei. A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser obtida mediante expedição da Certidão Conjunta de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade em vigor;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social - (CND), com validade em vigor; e
- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.

5.4. Qualificação Técnica:

- a) Prova de registro e regularidade da Empresa no CREA;
- b) Atestado de visita;
- c) Entende-se, para fins deste Processo de Cotação, como pertencente ao quadro técnico da Empresa:
- 1) O empregado;
 - 2) O sócio.
 - 3) O Profissional contratado para Prestação de Serviços objeto deste Processo de Cotação.

5.5. Proposta Financeira

5.5.1. A Proposta Financeira deverá ser precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas, e deverá conter os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:

- a) O Termo de Proposta contendo o valor global para a execução dos serviços e fornecimentos, que deverá constituir o primeiro documento da Proposta Financeira;
- b) Nome e endereço completo da Empresa, número de telefone, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da Empresa ser a vencedora;
- c) Planilha Orçamentária devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo que é parte integrante das Especificações;

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO – TRC 04 /2017 - CMCH

d) Composição dos Preços Unitários, acompanhada da respectiva memória de cálculo por item, englobando custos diretos, indiretos e BDI.

5.5.2. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os gastos necessários, tais como: mão de obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, deslocamento da equipe, valores devidos a título de encargos sociais, fiscais, comerciais, tributários e obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, diárias, impostos e taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução do serviço objeto. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5.5.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeito a revalidação por idêntico período.

6. MULTA

6.1.1. Em caso de descumprimento por parte da Contratada, de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, será aplicada a multa de 10% sobre o valor global do Contrato, no caso de reincidência dará ensejo a sua rescisão.

6.1.2. O atraso na execução do cronograma anexo à ET04/2017, constitui descumprimento de Contrato, passível de aplicação de multa.

6.1.3. O DINC se reserva o direito de cobrar da Contratada o valor equivalente a perdas e danos por prejuízos causados às estruturas, materiais ou a terceiros.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1.1. A Fiscalização do DINC terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização do DINC aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

7.1.2. Ficará a Empresa Contratada, obrigada a refazer os trabalhos impugnados, logo após a oficialização pelo DINC, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão realizadas conforme os serviços executados e de acordo com o cronograma de execução das obras, atendendo aos itens da Planilha Orçamentária, devidamente aprovados pela fiscalização. O pagamento será realizado com a apresentação da Nota Fiscal, emitida somente após a aprovação da medição, juntamente com as cópias da **GFIP-SEFIP**, **CONTRA-CHEQUES** dos colaboradores envolvidos na obra, a **GRF (FGTS)** e a **GPS (INSS)** quitadas, referente a competência vigente.

Os pagamentos serão realizados 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal e demais documentos exigidos em Contrato.

Petrolina, 30 de janeiro de 2017.

RUBENS CONSERVA ROLIM ANGELIM E TRAPIÁ
Engenheiro Civil CREA/PE054431
Coordenador de Manutenção Civil e Hidráulica - DINC